



ACÓRDÃO Nº956/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1565/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsáveis:** Sérgio Rocha Muniz (Ordenador de Despesa)
Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF
- 6- **Unidade Técnica:** DICA-AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3941/2016-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta Estadual (Autarquias, Fundações e Fundos Especiais). Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF. Exercício de 2014.

Regularidade com ressalvas. Recomendação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Sérgio Rocha Muniz, responsável pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, exercício 2014, nos termos do Art. 1º, II, c/c Art. 22, II, da Lei n. 2423/1996, e Art. 188, § 1º, II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;
- 9.2. **Recomendar** à Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF:
 - a) a estrita observância às regras da Lei Federal n. 8666/93;
 - b) adotar procedimentos contábeis preconizados pela Portaria do STN nº 438/2012.
 - c) criar a Unidade de Controle Interno, em cumprimento ao Art. 44, da Lei nº 2.423/1996 c/c o Art. 74 da CF/88;
 - d) promover Concurso Público para o Quadro de Pessoal da ADAF (conforme Art. 37, da II da CF/88).



ACÓRDÃO Nº956/ 2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral